



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001920-29.2001.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Banco do Brasil Sa**
 Requerido: **Transportadora Pama Fernandes Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

O executado apresentou pedido de reconhecimento de prescrição intercorrente, diante da inércia do exequente (fls. 940/947). O pedido foi indeferido (fl. 948). O executado requereu reconsideração (fls. 952/958), mas a decisão foi mantida por seus próprios fundamentos (fl. 962). O executado teve oportunidade de se manifestar, mas se limitou a pedir bloqueio de ativos financeiros (fl. 965), que foi deferido (fl. 966), porém não cumprido, por falta de recolhimento de taxa pelo exequente (fl. 966 verso).

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

É caso de se reconhecer a prescrição intercorrente, respeitado o entendimento anterior, que indeferiu o pedido, acolhendo-se assim a pretensão do executado, observando-se que o exequente teve oportunidade para se manifestar a respeito, limitando-se, entretanto, a postular bloqueio de ativos financeiros.

Nos termos da súmula 150, do colendo Supremo Tribunal Federal, *prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação*. Ainda, conforme vem assentando o colendo Superior Tribunal de Justiça: [...] "*Suspende-se a execução: [...] quando o devedor não possuir bens penhoráveis*" (art. 791, inciso III, do CPC). 4. *Ocorrência de prescrição intercorrente, se o exequente permanecer inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado*. 5. *Hipótese em que a execução permaneceu suspensa por treze anos sem que o exequente tenha adotado qualquer providência para a localização de bens penhoráveis*. 6. *Desnecessidade de prévia*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

intimação do exequente para dar andamento ao feito. 7. Distinção entre abandono da causa, fenômeno processual, e prescrição, instituto de direito material. 8. Ocorrência de prescrição intercorrente no caso concreto. 9. Entendimento em sintonia com o novo Código de Processo Civil. 10. Revisão da jurisprudência desta Turma. 11. Incidência do óbice da Súmula 7/STJ no que tange à alegação de excesso no arbitramento dos honorários advocatícios. 12. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. (REsp 1522092/MS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, j. 06/10/2015, DJe 13/10/2015).

*Cumpra anotar que a prescrição intercorrente é aquela que inicia seu curso após a citação, se o processo ficar paralisado. Ocorre a prescrição, uma vez paralisado o processo, pelo prazo previsto em lei, aguardando providência do credor... Um dos requisitos para que ocorra a prescrição intercorrente é a inércia do credor. Por inércia deve-se entender a inação, a passividade do titular do direito, ante a violação por ele sofrida. A desídia do credor constitui, a teor da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, causa para a prescrição intercorrente... O fundamento da prescrição reside na negligência do possuidor do direito de crédito. (TJSP. Edcl. 2047684-28.2016.8.26.0000. Rel. Des. **Mendes Pereira**; Comarca: Santo André; Órgão julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; j. 16/02/2017).*

Neste cenário, é certo que a prescrição da pretensão deduzida nesta execução de título extrajudicial dá-se em cinco anos, nos termos do artigo 206, § 5º, inciso I, do Código Civil.

Referido lapso foi superado entre a decisão que determinou o arquivamento, proferida em 27 de outubro de 2010 (fl. 933) e o subsequente pedido de desarquivamento formulado pelo próprio executado, em 04 de abril de 2016 (fl. 939).

Nesse interregno, os autos permaneceram sem provocação pelo credor por prazo superior a cinco anos, ultrapassando aquele previsto no Código Civil como de prescrição da pretensão, o que evidencia sua desídia e autoriza o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Não se computaram, por óbvio, todos os anos de trâmite processual entre o trânsito em julgado da condenação e a determinação de arquivamento por inércia do exequente. Ainda que isso perdurasse por mais de cinco anos, não seria caso de prescrição



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

intercorrente. Mas o lapso considerado, como visto, foi apenas aquele havido a partir da inércia do exequente. Se assim não fosse, admitir-se-ia pretensão imprescritível, o que não se revela correto.

Ante exposto, **acolho o pedido formulado pelo executado, para reconhecer a prescrição intercorrente e julgar extinta a execução, com base no artigo 924, inciso V, do Código de Processo Civil.**

Condeno o exequente ao pagamento de eventuais custas processuais despendidas pela parte contrária na fase de execução e honorários advocatícios, arbitrados, por equidade, em R\$ 1.000,00 (um mil reais), de acordo com o artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 22 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**